

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Operação Laudo Cego em Santa Rosa



JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/JC

A força-tarefa previdenciária deflagrou a Operação Laudo Cego para desarticular uma organização criminosa acusada de fraudar a concessão de benefícios por incapacidade temporária do INSS. A Polícia Federal e a Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social cumpriram 39 mandados de busca e apreensão no Maranhão, Ceará, Piauí, Pará, São Paulo e no município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. O esquema contava com a emissão de laudos falsos e inserção de dados fictícios em sistemas públicos, gerando um prejuízo estimado em R\$ 6,5 milhões aos cofres federais.

Repasse da Defesa Civil para cidades do RS

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) autorizou o repasse de R\$ 604,5 mil para ações de resposta e recuperação em três cidades gaúchas afetadas por desastres, além de reconhecer formalmente a situação de emergência em Santa Vitória do Palmar, castigada por fortes chuvas. A liberação financeira atende aos planos de trabalho aprovados para as cidades de Três Arroios (R\$ 361 mil), Gramado dos Loureiros (R\$ 212,6 mil) e Senador Salgado Filho (R\$ 30,8 mil). Com o decreto federal validado no Diário Oficial da União, Santa Vitória do Palmar também passa a estar apta a receber apoio da União.

Insalubridade máxima na pandemia

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo para os agentes comunitários de saúde de União da Serra pelo trabalho presencial realizado durante a pandemia de Covid-19. A decisão atende a uma ação civil coletiva do sindicato estadual da categoria e reverte os entendimentos das instâncias inferiores, que haviam negado o benefício sob o argumento de que os profissionais não realizavam atendimento hospitalar. Ao pontuar que as visitas domiciliares expunham os trabalhadores de forma inevitável ao coronavírus, o colegiado concluiu que a crise sanitária transformou a rotina da linha de frente “em espaço de risco acentuado e permanente exposição biológica”, destacou o ministro relator, Sérgio Pinto Martins.

Pacto para o empreendedorismo feminino

A deputada federal gaúcha Any Ortiz (PP), coordenadora da Frente Parlamentar pela Mulher Empreendedora, lançou o “Pacto pelo Empreendedorismo Feminino” para transformar o apoio ao setor em política pública permanente de Estado. Entre as prioridades está a aprovação do Marco do Empreendedorismo Feminino e da atualização do teto de faturamento do MEI.

Campanha ao Piratini oscila de R\$ 0 a R\$ 9,3 milhões

Até esta quinta-feira, soma das despesas chegava a R\$ 22,9 milhões



Bolívar Cavalor

politica@jornaldocomercio.com.br

A pouco mais de uma semana do primeiro turno das eleições, em 4 de outubro, as despesas de candidatos ao governo gaúcho, somadas, chegam a R\$ 22,9 milhões até esta quinta-feira. O limite de gastos para cada candidato ao Palácio Piratini é de R\$ 11,56 milhões, e, em caso de segundo turno, são liberados R\$ 5,7 milhões adicionais.

Luciano Zucco (PL) lidera no volume de despesas, com R\$ 9,3 milhões. Ele é seguido por Gabriel

Souza (MDB), com R\$ 5,73 milhões, e Juliana Brizola (PDT), com R\$ 5,38 milhões. Na quarta posição está o outro candidato de partido com representação na Câmara dos Deputados, Marcelo Maranata (PSDB), com R\$ 2,37 milhões gastos.

Os outros três candidatos, todos de siglas que não têm cadeiras no Congresso Nacional, tiveram despesas inferiores a R\$ 70 mil. A campanha de Priscila Voigt (UP) gastou R\$ 67,7 mil, enquanto a de Rejane de Oliveira (PSTU) teve gastos de R\$ 42,5 mil, e César Pontes (PCO), R\$ 0. As informações são do site de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Comparando as receitas disponíveis de cada candidato com as

suas despesas, há dois casos em que os gastos superam os recursos recebidos. Marcelo Maranata teve despesas de 107,2% de sua receita - R\$ 2,21 milhões -, e Priscila Voigt 118% dos recursos recebidos - R\$ 57.357.

Quem tem mais dinheiro para gastar é Juliana Brizola, que teve despesas equivalentes a 46,7% de sua receita - R\$ 11,51 milhões. Os quatro demais candidatos gastaram mais de 70% de seus recursos disponíveis. Rejane de Oliveira utilizou 73,5% dos R\$ 57.902 de receita; Luciano Zucco destinou 80,4% de seus R\$ 11,57 milhões disponíveis, valor pouco acima do limite de gastos no primeiro turno -, e Gabriel Souza usou 83,6% de seus R\$ 6,86 milhões.

Gastos de campanha por candidatura

Luciano Zucco (PL)

R\$ 9,3 milhões

Gabriel Souza (MDB)

R\$ 5,73 milhões

Juliana Brizola (PDT)

R\$ 5,38 milhões

Marcelo Maranata (PSDB)

R\$ 2,37 milhões

Priscila Voigt (UP)

R\$ 67,7 mil

Rejane de Oliveira (PSTU)

R\$ 42,5 mil

Cesar Pontes (PCO)

R\$ 0

Justiça nega pedido de soltura do vereador Giovane Byl

/ INVESTIGAÇÃO

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) negou o pedido de soltura apresentado pela defesa do vereador e candidato a deputado estadual Giovane Byl (Podemos). A decisão liminar foi emitida nesta quarta-feira e manteve a prisão preventiva do parlamentar em regime fechado. Segundo a Justiça, há elementos na investigação que justificam a manutenção da medida.

O parlamentar está preso desde a última sexta-feira (18), quando o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) deflagrou a Operação Cinesia. A investigação apura o suposto desvio de mais de R\$ 2 milhões em recursos de emendas parlamentares destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Além de Byl, são investigados o assessor parlamentar Evaristo Mutti, um advogado, um dirigente de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e outras pessoas relacionadas ao caso.

O assessor Mutti, que tam-

bém havia sido preso preventivamente na sexta-feira, teve a prisão convertida para domiciliar humanitária, com imposição de medidas cautelares. A decisão considerou questões de saúde do assessor do Podemos.

A defesa de Giovane Byl informou que pretende recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O advogado Guilherme Abrão afirmou que considera a prisão “desarrazoada e desproporcional” e disse que os fatos serão esclarecidos. “Jamais houve desvio de valores envolvendo emendas”, declarou.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323